



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 2790/2021 - SES/GAB

Brasília-DF, 26 de março de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor

PAULO TADEU

Conselheiro-Presidente

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Brasília/DF

Assunto: PROCESSO Nº 00600-00008709/2020-37-e

Senhor Conselheiro-Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, reportamo-nos ao Ofício nº 1066/2021-GP (57033250), que encaminha a DECISÃO Nº 353/2021 (57076674), referente ao Processo nº 00600-00008709/2020-37-e, que trata de Representação n.º 41/19-CF e anexos (Peças nºs 38 e 01/37, respectivamente), do Ministério Público junto à Corte, versando acerca de supostas irregularidades nos serviços prestados pela empresa Construtora Concreto Eireli – ME, atual Bucar Engenharia e Metrologia Eireli, mediante os Contratos n.ºs 37/17, 50/17 e 108/17, celebrados com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

A referida decisão foi exarada nos seguintes termos:

O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro RENATO RAINHA, fundamentado em sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 111 do RI/TCDF, decidiu:

I – conhecer parcialmente da Representação 41/2019-CF (peça 38, e-DOC BFC1DCE4), elaborada pelo Ministério Público junto à Corte do Distrito Federal –MPCDF;

II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com fundamento no art. 123, § 3º, c/c o art. 230, § 7º do RI/TCDF, que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos acerca:

a) do acompanhamento realizado pelos Executores dos Contratos 50/2017 e 108/2017, celebrados com a empresa Bucar Engenharia e Metrologia -EIRELI (CNPJ 14.349.591/0001-11);

b) da aplicação de sanções à citada empresa, com a respectiva motivação; c) das providências tomadas em relação aos indícios de descumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6, do Edital de Pregão 163/2017;

III - conceder à empresa BUCAR Engenharia e Metrologia - EIRELI (CNPJ 14.349.591/0001-11) a oportunidade de se manifestar acerca dos pontos indicados no item II acima, no prazo de 30 (trinta) dias;

IV - autorizar:

a) o encaminhamento de cópia da Representação nº 41/2019-CF, da Informação 127/2020-DIASP3, do relatório/voto do Relator do Relator e da desta decisão à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à empresa BUCAR Engenharia e Metrologia - EIRELI (CNPJ 14.349.591/0001-11), informando-lhes que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF-Push (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão-Acompanhamento por e-mail);

b) o retorno dos autos à SEASP para análise de mérito da exordial. Parcialmente vencido o Relator, que manteve o seu voto.

Nesse sentido, a Diretoria de Engenharia Clínica, por meio do Despacho - SES/SINFRA/DEC (58507612), prestou os seguintes esclarecimentos:

"Na época dos fatos essa DEC/SINFRA realizou vistoria nas unidades, e solicitou que o contrato não fosse renovado, autuando o processo 00060-00534951/2018-00 visando substituir o atual contrato, para cumprimento da recomendação do MPDFT.

Não há reclamação por parte dos executores designados na prestação de serviço da contratada, nem relativo ao contrato nº 108/2017, nem do contrato nº 50/2017.

Todos os executores designados se manifestaram favoráveis as renovações contratuais e informam que a empresa presta um bom serviço.

b) da aplicação de sanções à citada empresa, com a respectiva motivação:

Não temos conhecimento de nenhum processo em tramitação na SES para aplicação de penalidade por descumprimento de cláusula contratual referente ao Contrato nº 108/2018 ou nº 050/2017.

Não há notificações por parte dos executores para a contratada.

Essa Diretoria na época realizou vistoria nos equipamentos inclusos nos contratos celebrados, conforme Vistoria Inicial (58504262) e foi dado o direito de resposta a contratada Carta 31 da empresa (58505751). Após essa data não foram relatados, nem identificados nenhuma irregularidade na prestação dos serviços.

c) das providências tomadas em relação aos indícios de descumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6, do Edital de Pregão 163/2017:

Competência SUAG/SES

III - conceder à empresa BUCAR Engenharia e Metrologia - EIRELI (CNPJ 14.349.591/0001-11) a oportunidade de se manifestar acerca dos pontos indicados no item II acima, no

prazo de 30 (trinta) dias:

A empresa já recebeu ofício e se manifestará diretamente junto a Corte.

Em complementação, informamos que essa DEC/SINFRA solicitou esclarecimentos ao MPDFT, junto ao Ofício encaminhado ao MPDFT (58507125) para esclarecer se a recomendação de não renovação dos contratos ainda prevalecia, tendo em vista o lapso temporal (2 anos da recomendação), e a empresa vinha prestando um bom serviço, todavia não obtivemos respostas.

Para cumprimento da recomendação foi autuado o processo de nº 00060-00534951/2018-00 que se encontra com o pregão aberto de nº 094/2021 visando à substituição do contrato nº 108/2018.

Não foi autuado nenhum processo para substituir o contrato nº 050/2017, considerando que a empresa presta um ótimo serviço nos equipamentos."

De forma complementar, em Despacho - SES/SUAG (58653801), à Subsecretaria de Administração Geral aduz:

"O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro Renato Rainha, fundamentado em sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 111 do RI/TCDF, decidiu:

[...]

II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com fundamento no art. 123, § 3º, c/c o art. 230, § 7º do RI/TCDF, que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos acerca:

- a) do acompanhamento realizado pelos Executores dos Contratos 50/2017 e 108/2017, celebrados com a empresa Bucar Engenharia e Metrologia -EIRELI (CNPJ 14.349.591/0001-11);
- b) da aplicação de sanções à citada empresa, com a respectiva motivação;
- c) das providências tomadas em relação aos indícios de descumprimento do item 7.2.1, subitens c.5 e c.6, do Edital de Pregão 163/2017;

No que tange ao item supracitado - item 7.2.1, subitens c.5 e c.6, do Edital de Pregão 163/2017 - destaca-se:

Edital - Pregão Eletrônico nº 163/2017 -SES/DF

[...]

7.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

[...]

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL

c. Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional a empresa licitante deverá apresentar:

c.5) Declaração da empresa LICITANTE, de que disponibilizará e manterá, durante toda a vigência contratual, no Distrito Federal, estrutura de apoio capaz de atender aos chamados técnicos no

prazo estabelecido com instalações apropriadas e profissionais habilitados à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, na forma do inciso II combinado com o § 6º ambos do art. 30 da Lei nº 8.666/93;

c.6) Empresa Licitante que não possuir representação no Distrito Federal terá o prazo de 30 dias (corridos) após a assinatura do Contrato para apresentar o estabelecimento da empresa no DF.

Instada a se manifestar, a Gerência de Sanções e Intercorrências na Execução (DFACC/GSIE), por meio do Despacho (57698882), esclarece:

Informa-se que a ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DO SEGMENTO MÉDICO HOSPITALAR E LABORATORIAL DO DISTRITO FEDERAL - ASSEMEDH/DF, ofereceu denúncia solicitando providências contra a empresa contratada tendo em vista as supostas alegações de descumprimento contratual, no que tange à execução dos contratos nº 050/2017, nº 037/2017 e nº 108/2017 e tal demanda tramita nos autos do processo nº 0060-00103132/2018-14. Sendo assim, esta Gerência de Sanções e Intercorrências na Execução encaminhou os autos aos executores dos contratos em comento para que estes pudessem subsidiar a possibilidade de aplicação das possíveis penalidades à empresa supramencionada.

Conforme consta nas documentações do processo em comento, verifica-se que houve manifestação dos executores no que tange ao objeto do contrato nº 050/2017-SES/DF e os serviços executados pela empresa contratada nos hospitais de Base, Taguatinga, Paranoá e de Santa Maria.

Quanto ao Hospital de Base do Distrito Federal, a executora do referido contrato se manifestou informando (6648048):

Referente à manutenção dos aparelhos ARCOS CIRÚRGICOS CENO PLUS que estão no Centro Cirúrgico do IHB, números de série PA 474.701.001 - C.P. 927.673 marca VMI e PA 522.001.001 - C.P. 927.674 marca VMI, prestada pela empresa BSB Medical Assistência Técnica Comércio de Equipamentos Médicos Hospitalares LTDA, informamos que:

- 1. A manutenção prestada pela empresa tem sido satisfatória, com resposta aos chamados em curto prazo e resolutividade adequada.*
- 2. A referida empresa presta o serviço de preventivas dentro dos prazos estipulados.*
- 3. Em relação ao primeiro aparelho (número de série PA 474.701.001 - C.P. 927.673 marca VMI), o cover realmente está quebrado e necessita de troca, mas encontra-se em pleno funcionamento.*
- 4. Em relação ao segundo aparelho (números de série PA 522.001.001 - C.P. 927.674 marca VMI), encontra-se em pleno funcionamento, sem problemas de imagem, CPU própria (já trocada pela própria empresa há alguns meses).*

No que concerne à nossa avaliação, a empresa tem nos servido de modo satisfatório.

O executor responsável pelo Hospital do Paranoá informara

que "referente à manutenção do aparelho ARCO CIRÚRGICO CENO PLUS que está no Centro Cirúrgico do HRPa, número de série PA 474.901.001 - C.P. 927.672 marca VMI , prestada pela empresa BSB Medical Assistência Técnica Comércio de Equipamentos Médicos Hospitalares LTDA, informamos que as referidas queixas são pertinentes ao atual estado do equipamento". (7149050)

Por fim, informa-se que o executor do Hospital de Santa Maria informou (7693238):

Encaminho o presente expediente, informando que o aparelho ARCO CIRÚRGICO CENO PLUS, número de série 01750020011 - marca VMI e a Mamografia, numero de série 0093-002-0303 Philips - VMI do HRSM, encontra-se com contrato de manutenção vigente com a CONSTRUTORA CONCRETO EIRELLI - ME, Contrato nº 50/2017, afirmamos que a empresa vem atendendo de modo satisfatório a nossa demanda. Normalmente a manutenção é feita no período de 24 horas após abertura do chamado, e que as visitas de manutenção preventiva são realizadas periodicamente.

Assim, verificou-se que os executores ainda não identificaram as intercorrências apontadas na execução, razão pela qual até então não fora iniciada instrução visando apurar a possibilidade de aplicação de penalidade à referida empresa.

No entanto, verifica-se no teor do processo 0060-008665/2013 que a Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios, por meio do despacho SES/SUAG (44278517) alertara para os apontamentos da Gerência de Instrução e Formalização de Contratos e Convênios quanto à garantia contratual do referido contrato:

(...) A garantia Contratual foi solicitada a empresa em 07 de Julho de 2020, através de correspondência eletrônica constante nos autos (43104324).

Ante ao atraso na apresentação da garantia contratual por parte da empresa, a mesma foi notificada em relação a apresentação da garantia contratual (43955283, 43996617) conforme constam nos autos.

Informamos ainda que a empresa não entrou em contato após a notificação, nem apresentou qualquer justificativa para o atraso na apresentação da garantia contratual.

Ante o exposto, encaminhamos o presente a essa Diretoria para análise, manifestação quanto as possíveis consequências na não apresentação da garantia contratual.

Sendo assim, **será verificado junto aos setores competentes qual penalidade que cabível para o contexto apontado, bem com será iniciada instrução para apuração da possibilidade de sua aplicação, garantindo-se o direito da empresa contratada ao contraditório e ampla defesa.**

Em relação ao Contrato nº 037/2017, tem-se pela análise dos autos do processo nº 0060-001582/2015 que não houve apontamento de possíveis irregularidades, tampouco houve encaminhamento à esta

Gerência, razão pela qual não fora apurada quaisquer possibilidade de aplicação de penalidade à contratada. Verifica-se que, em consulta ao sistema Alphasinc, consta que o referido contrato teve vigência até o dia 07/05/2018.

Registra-se que a execução do Contrato nº 108/2017 tramita nos autos do processo nº 0060-004302/2017, o qual não possui trâmite nesta Gerência impossibilitando o acesso às documentações apresentadas pela empresa principalmente no que tange ao Pregão 163/2017 e, sendo assim, não houve qualquer encaminhamento para que esta Gerência apurasse possíveis irregularidades e, conseqüentemente, fosse iniciada instrução de possibilidade de aplicação de penalidades à empresa contratada. (gn)

Em complementação às informações apresentadas pela área, convém destacar que esta Subsecretaria de Administração Geral atua como área meio, responsável pelas ações de licitação e contratação de bens e serviços, bem como pela gestão patrimonial e documental desta Pasta, apoiando as demais Subsecretarias, Superintendências e demais Unidades da Secretaria nas contratações de serviços e nas aquisições de itens para o atendimento das demandas da Pasta e atendimento à população do DF.

Nesse viés, a atuação desta Subsecretaria estaria restrita, em tese, à condução das respectivas instruções processuais durante as fases licitatórias e de contratação, cabendo às respectivas áreas técnicas e demandantes, dentre outras responsabilidades, a delimitação e justificativa do objeto da contratação e suas especificações, bem como a **gestão/acompanhamento da prestação dos serviços contratados.**

No que tange aos supostos descumprimentos dos contratos, cabe aos respectivos executores destes, em conjunto com a área técnica, a verificação do cumprimento efetivo das cláusulas contratuais pelas empresas contratadas, de modo a subsidiar qualquer gestão das Unidades desta Pasta, sobretudo quanto a aplicação de sanções administrativas.

Dessa forma, e considerando os apontamentos da DFACC/GSIE, retro, encaminha-se o presente para conhecimento e providências"

Sendo essas as informações a serem apresentadas no momento, direcionamos o presente para apreciação de Vossa Excelência, ao passo que nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

OSNEI OKUMOTO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **OSNEI OKUMOTO - Matr.1699604-6**, **Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 29/03/2021, às 20:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **58766086** código CRC= **BA3D3D8B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SRTVN Quadra 701 Lote D, 1ª e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70723-040 - DF
(61) 2017-1102
Site: - www.saude.df.gov.br